

O GOVERNO MUNICIPAL DESTRÓI A EDUCAÇÃO PÚBLICA!!

Em consonância com as medidas orquestradas pelo Governo Federal para gerenciar o aprofundamento da crise econômica com cortes alarmantes de recursos nos setores públicos e garantir os interesses do capital monopolista, a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista utiliza-se de métodos escusos visando promover cortes exorbitantes nos gastos com o ensino público e desmoralizar os professores municipais. Se o projeto político de sucateamento da escola pública já vinha

ser

do implementado pelos sucessivos gestores do executivo municipal, nos últimos tempos os ataques têm sido ainda mais ferozes. De fato, as duras medidas de ajuste orçamentário nas escolas têm resultado em um processo permanente de destruição de um ensino público que já andava cambaleante. Não é preciso muito esforço para

constatarmos que a situação atual das escolas e dos professores do município é de total precariedade. Senão vejamos:

1. A secretaria de educação fomentou uma política de excedência entre os professores que são obrigados a vagar pelo município em busca de uma sala de aula, mesmo após anos de trabalho dedicados à educação, sendo submetidos a uma vexatória instabilidade profissional;
2. Ao mesmo tempo em que as salas de aula são superlotadas de alunos, os projetos pedagógicos se efetivam por meio de intervenção cirúrgica recheada de idealismo e sem nenhum vínculo com a realidade. Exemplos disso é o reforço escolar em turno oposto, a biblioteca ambulante, a recuperação paralela e, finalmente, o SOMA! Este pretende resolver o problema da aprendizagem dos alunos contando apenas com o



**Publicação da
Oposição Operária**

Endereços Eletrônicos
oposicao_operaria@yahoo.com.br

SITE
<http://www.opopssa.info>

compromisso dos professores que enfrentam as piores condições de trabalho, com altas jornadas e baixos salários. Os professores não estão dispostos a engrossar os dados do MEC de aprovação dos alunos à custa da precariedade do ensino público;

3. Sem realizar concurso público, a prefeitura estimula a contratação de professores substitutos que, se por um lado, criam uma dificuldade no desenvolvimento das atividades pedagógicas em seu sentido pleno e contínuo,

por outro, permitem ao poder público amortecer seus cofres públicos quando não se criam vínculos empregatícios e desabona-o de compromisso social e econômico para com os trabalhadores. Além disso, essa divisão no seio da categoria, entre concursados e contratados, estimula a fragmentação das lutas construídas ao longo do tempo e enfraquece a categoria contra o seu inimigo comum que é o executivo municipal e seus aliados;

4. A Prefeitura homologou uma portaria de lotação nas escolas que tem um caráter ambíguo, à medida que favorece aos grupos que apóiam o governo, permitindo-lhes definir as suas lotações e continuarem em seus cargos. Ainda, sem nenhum critério, criou uma política de migração de professores para o ensino fundamental de 5ª a 8ª séries para áreas específicas, passando por cima da lei que efetiva o profissional através de concurso público.

5. Na onda desses ataques patrocinada pelo Governo Municipal, inclui-se o decreto que obriga os professores a cumprirem 200 dias letivos com ameaça de prisão para quem desobedecer, inclusive no que se refere aos dias de realização de assembleia da categoria. Essa atitude apenas desnuda o caráter autoritário

do Estado e deve ser amplamente denunciada.

Como se não bastasse tudo isso, recentemente os professores foram tomados de assalto com mais uma das façanhas desse governo ao anunciar que será regulamentado (o que vem sendo executado há mais de 16 anos) o pseudo Plano de Carreira do Magistério que retira todos os direitos adquiridos pelos professores em uma destemida luta histórica. De contrapeso, o Governo Municipal tira da cartola



uma TABELA SALARIAL, impondo aos professores um misero salário mínimo, antes, durante e depois do exercício efetivo em sala de aula. A lógica é nivelar todos os profissionais por baixo.

Todas as medidas anunciadas e executadas demonstram a prioridade dos governos em níveis federal, estadual e municipal em aprofundar a política de corte dos gastos públicos para favorecer os débitos públicos e gerenciar o Estado burguês, atacando efetivamente os setores sociais: educação, saúde, habitação, segurança. A manutenção dessa política será mantida através de grandes sacrifícios dos trabalhadores, impondo-lhes, mais uma vez, políticas de arrocho salarial e retirada dos minguados direitos conquistados a duras penas.

Os professores municipais de Vitória da Conquista não podem aceitar passivamente que sejam penalizados pelos desmandos do Estado e da voracidade de um sistema capitalista que somente atende aos interesses de uma classe burguesa sedenta de acúmulo e de espoliação dos trabalhadores. É preciso denunciar a falácia das negociações de gabinete entabuladas pelo sindicato e mobilizar a categoria para a luta.

PROFESSOR: É CHEGADA A HORA DE REVERTER ESSA SITUAÇÃO!!!

LUTA NA UESB

Há uma dificuldade muito grande de caracterização do movimento grevista deflagrado por estudantes e professores na UESB. Tem que se levar em conta que a universidade não se limita a Vitória da Conquista. Ela tem uma constituição regional e está estruturada, também, em Jequié e Itapetinga, totalizando assim, três grandes campi. Isso por si só é suficiente para visualizar as diferenças de interesses e natural dificuldade de se estabelecer uma plataforma mínima de reivindicações unitária, não só entre os professores e alunos, mas também, entre os próprios professores.

Em decorrência disso, é que a luta vai ser desencadeada em movimentos e descompassos diferenciados nos três campi e de maneira contraditória entre professores, estudantes e funcionários. Assim, uma busca pela unificação da luta, constituiu-se, desde cedo, numa meta e objetivo central, haja vista a proposta surgida da assembleia geral universitária, onde todos (professores, estudantes e funcionários) têm direito a voz e voto. Inclusive, destas assembleias, podiam participar, também, pessoas da comunidade, tão grande foi o grau de democracia alcançado e ao mesmo tempo, uma tentativa de abertura dos problemas enfrentados pela universidade para o conjunto da população. Infelizmente, devido ao boicote sistemático do governo e da imprensa, que seguindo a orientação de jogar o movimento no isolamento até o seu desgaste total, não foi possível dar maior visibilidade a estas propostas.

A greve foi deflagrada como forma de luta para se alcançar a revogação do Decreto 12.583/11 editado pelo governo da Bahia, que prevê cortes em orçamentos de todas as instituições públicas. Mas, também, introduziu aí, por parte dos professores, reivindicações de caráter econômico-salarial, devido ao forte arrocho encontrado na categoria. Da parte dos estudantes uma série de reivindicações acerca da permanência estudantil também foi colocada em pauta. Isso, entretanto, levou a uma movimentação de setores que habitam a burocracia sindical e que teimam em estabelecer a luta nos marcos da legalidade burguesa, das mesas de acordo e negociação. Mas, felizmente, este processo foi atropelado, pelo menos momentaneamente, por conta dos acontecimentos que se sucederam. Num

primeiro momento, a presença marcante dos estudantes nas assembleias, colocou parte dos professores, acostumada aos acordões e negociações de cúpula, em uma posição de recuo tático até o momento de desgaste natural do movimento estudantil. Na verdade, o que estes setores queriam (e querem) é um movimento controlado pelo sindicato (ADUSB), com sua forma de atuação viciada pela burocratização da luta de classes e pelos lampejos de traição e acomodação nas hostes do Estado em possíveis processos eleitorais futuros, ou mesmo, no processo de cooptação de quadros e dirigentes sindicais para a administração direta dos diversos níveis da máquina estatal (municipal, estadual e federal).

Estava surgindo, desta forma, através dos estudantes e de um pequeno, mas, aguerrido núcleo de professores, alguns dos quais já experientes no combate à prática do reformismo e do peleguismo sindical, um germe bastante significativo e promissor de uma luta com caráter genuinamente proletária.

Para que uma luta desenvolva totalmente o caráter e a sua fisionomia de classe, na sociedade atual, é necessário que nela esteja explicitada não só as suas reivindicações de ordem econômica e política específica. Mas, também, ela pode perfeitamente, através de suas formas de organização, de sua dinâmica própria e dos seus métodos de discussão, direção e desenvolvimento da luta, apontar e exercitar ensaios de uma prática social revolucionária e socialista. Este processo é imprescindível para a formação, a educação e a capacitação teórica e prática do movimento pelo fim da barbárie e por um mundo solidário, fraterno, onde homens e mulheres sejam efetivamente livres de todas as amarras do capital e que possa, assim, estabelecer uma igualdade, não só de direito, mas, efetivamente, de fato.

A mobilização estudantil demonstrou desde cedo grande disposição ao desenvolvimento de sua autonomia, negando expressamente a participação ou influência de sindicatos ou partidos institucionais e a qualquer identificação de "sujeitos líderes do movimento" ou mesmo remissão a qualquer estatuto estudantil. Demonstrou também maturidade na organicidade de suas assembleias, funcionando aos moldes de um con-

selho operário (ou, nas devidas proporções, podendo por nós assim ser interpretado como parâmetro para a avaliação do avanço alcançado), com a palavra a todos franqueada, mesas bem articuladas e escolhidas e mudadas a cada assembléia, comissões executivas submetidas às decisões da plenária, delegação para atividades sempre transitórias e específicas, autofinanciamento, etc. Importante momento se deu quando a assembléia estudantil passou a tomar decisões políticas acerca do funcionamento da universidade, claramente se levantando como uma forma autônoma e paralela de poder político em oposição à reitoria/governo, quando passou a decidir quais setores da universidade poderiam ou não funcionar de acordo os seus próprios interesses. Todas essas questões decididas após ampla discussão e sob votação da assembléia, deixando importante legado para a formação política dos envolvidos. No decorrer desses acontecimentos, e muito por causa da força que os estudantes demonstraram, os professores entraram em greve. Todavia, a grande inovação foi o avanço político do movimento estudantil em relação ao dos professores que, salvo poucas exceções, mostrou-se refém da atuação traidora do sindicato, que cumpre sua função de conter os movimentos e tentar, o mais rápido possível, minar as mobilizações, a autonomia e força dos movimentos.

Logo depois da primeira semana, o movimento estudantil começou a perder em quantidade de pessoas envolvidas, em parte pelo desgaste natural do movimento, em parte por questões específicas. Mas, em contrapartida, essa perda nas assembléias tem sido enfrentada com um ganho em qualidade, a partir da grande capacidade de articulação até aqui demonstrada pela comissão de mobilização e das demais comissões.

A proposta de criação de uma Assembléia Universitária partiu dos alunos na mesma assembléia que deflagrou a greve estudantil. Seria a Assembléia Universitária um espaço de discussão política e deliberações acerca da unificação das pautas dos estudantes, professores e funci-

onários. A proposta foi acatada pelos professores, apesar da resistência sindical. O sindicato dos professores apostou na desmobilização e com a ajuda de seus aliados tentaram a todo custo minar a primeira assembléia universitária ainda na discussão estatutária, o que, felizmente, não conseguiram realizar, apesar de todos os esforços empreendidos nesse sentido. Resta claro que devemos primar pela unificação do movimento, trazer os professores mais dispostos à luta para as propostas mais avançadas. É preciso que coloquemos essa proposta mais avançada ao movimento, ao invés de ceder ao atraso dos (sindicato dos) professores, como tentativa conciliatória.

O combatido Decreto do executivo estadual dificilmente será revogado, pois se encontra numa perspectiva de enxugamento dos gastos públicos em voga não só em todos os Estados, como também na União e no resto do mundo, por conta da crise estrutural do capital e do risco de explosão da inflação e deflação. Por conta disso, o que haverá por parte do governo é a tentativa de acordos enganosos com a cúpula sindical. Mas não há de ser descartada a possibilidade, devido ao grande grau de insatisfação, de que a greve alcance novas categorias, somando-se à luta existente - na verdade essa é a única forma dela se ampliar. Isso aumentaria ainda mais a importância da organização autônoma alcançada pelo movimento estudantil, quando esta tem que ser colocada a qualquer tempo, como alternativa aos partidos institucionais e sindicatos.

Na UESB nasceu e brotou a semente da organização proletária. Mesmo que pequena e diminuta, ela, se bem adubada, poderá germinar outras vezes, para que se possa colher bons frutos e aumentar a sementeira permanente do trabalho da mudança social.

As tarefas ainda se colocam e a participação de todos é necessária!

A Oposição Operária demonstra todo seu apoio e solidariedade à luta pela Educação e às formas autônomas de luta que esse movimento tem demonstrado conter!

